

POLÍTICA

PF aponta propina paga a líder do Governo no Senado

Conforme a investigação, ele teria recebido R\$ 5,5 milhões entre 2012 e 2014, quando integrava a equipe ministerial da ex-presidente Dilma Rousseff

A Polícia Federal (PF) aponta que o líder do Governo Federal no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), recebeu R\$ 5,5 milhões em propinas de empreiteiras encarregadas das obras de transposição do Rio São Francisco e de outros contratos do Executivo federal. O caso repercutiu ao longo do dia de ontem (19), quando a informação foi divulgada.

A negociação e o repasse dos valores, segundo a PF, teriam ocorrido de 2012 a 2014, época em que Bezerra Coelho era ministro da Integração Nacional na gestão de Dilma Rousseff (PT) e integrava o PSB. Além do senador, também teria sido destinatário de subornos o filho dele, Fernando Bezerra Coelho Filho (DEM-PE), suposto beneficiário de R\$ 1,7 milhão.

Bezerra Coelho, o filho e outros investigados foram alvos de ações de busca e apreensão da PF nesta quinta-feira, determinadas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Roberto Barroso. As investigações da PF se deram a partir das delações premiadas de empreiteiros e dos empresários João Carlos Lyra Pessoa de Mello Filho, Eduardo Freire Bezerra Leite e Arthur Roberto Lapa Rossal.

No correr do inquérito, identificaram-se supostas operações financeiras ilícitas



Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e o filho foram alvos de ações de busca e apreensão ontem

das empresas dele. Mello Filho e os outros dois colaboradores contaram ter feito o "pagamento sistemático de vantagens indevidas" a Bezerra Coelho e ao seu filho por ordem das empreiteiras OAS, Barbosa Mello, Paulista e Constremac Construções, envolvidas nas obras da transposição e em outros projetos do governo federal.

A pasta da Integração, comandada por Bezerra, era a responsável pela construção dos canais que levam água do rio São Francisco para outras regiões do semiárido nordestino. Para ocultar a origem ilícita dos recursos, pai e filho teriam se valido de um esquema de lavagem de dinheiro, envolvendo empre-

sários, operadores e outros políticos e pessoas jurídicas.

Alcolumbre

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM-AP), criticou a operação de busca e apreensão e disse que o Senado vai apresentar questionamentos ao STF sobre o caso. "Há um entendimento no STF que a operação realizada precisa ter conexão com o mandato. A determinação de um ministro do STF de entrar no gabinete da liderança do governo no Senado Federal... A liderança é um espaço do Governo Federal. Só que em 2012 e 2014, período a que a operação se refere, Fernando Bezerra não era senador,

muito menos líder do governo. Sete anos depois, um mandato de busca e apreensão?", disse Alcolumbre ao mencionar uma das perguntas que serão apresentadas oficialmente ao STF.

O presidente do Senado disse que vai defender a Casa como instituição e também ressaltou o esforço que tem feito para garantir que não haja uma crise institucional entre Legislativo e Judiciário. "O STF, como instituição, mais do que nunca, sabe o que o Senado tem feito para manter equilíbrio e a independência. Peço reflexão do STF, de um ministro, não é de todo o tribunal, em relação a esta decisão."

MAIS CONTEÚDO ACESSO www.oestadoce.com.br

estão a mudança de instância de alguns procedimentos da Lava Jato para a Justiça Eleitoral e a proibição de encaminhamento de informações da Receita Federal e do Coaf para o Ministério Público, o que suspendeu procedimentos já abertos e gerou o afastamento de dois auditores fiscais. "Fora o prejuízo da investigação ainda tem o fato que isso acua os auditores da Receita, isso é injusto, errado, não gera bons efeitos", disse.



FERNANDO MAIA
DIÁRIO
POLÍTICO

Crédito para quem emprega

Em Brasília, o deputado federal Júnior Mano (PL) "calouro" relegado ao quase anonimato, consegue dar grande passo para sair dessa situação. Nesse sentido, ele apresentou na Câmara Baixa um Projeto de Lei de sua autoria, em que propõe a liberação de crédito, com juros suaves, para microempresários individuais, microempresas e empreendedores em geral. Desse modo, assume papel exercido há alguns anos pelo economista Roberto Matoso, quando à frente da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo do governo de Lúcio Alcântara tornou-se o defensor dos pequenos grupos que demonstram vocação para o empreendedorismo. Matoso, falecido em 2009, entendia que são as pequenas empresas que proporcionam à população brasileira cerca de 70% de todos os empregos ofertados no País. Ao apresentar a referida proposta, o deputado reforça o apelo aos bancos oficiais – BB, BNB e Caixa Econômica, no sentido de que sejam proporcionados empréstimos a quem tem talento para empreender. Sobre o tema, o deputado estadual Salmato Filho (PDT), também defensor do apoio total aos empreendedores faz lembrar que nenhuma grande empresa do Brasil nasceu grande. Em sua maioria, foram microempresas com talento e disposição para crescer.

População agredida.

No plenário da AL-CE, mais uma vez a empresa responsável pela energia elétrica do Estado foi alvo de indignadas críticas da parte de vários deputados, por conta de irregularidades nas contas de energia. Entre os que mais a condenaram, estava o deputado Fernando Hugo (PP), denunciando que esse abuso de poder só ocorre por que a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Ceará - Arce, que poderia dar um freio na arrogância da Eneel não se mexe.

Mais indústrias.

Em seu périplo pela Europa, Camilo Santana conseguiu importantes parcerias. No encerramento, na Espanha, ele conseguiu a instalação de duas fábricas para beneficiamento de pescados. Essa medida se justifica diante da situação do nosso estado como maior exportador de peixes e crustáceos do País.

Pode festejar. O presidente do Banco do Nordeste (BNB), Romildo Rolim, comemora a decisão daquele de promover a regularização de dívidas de produtores rurais com perdas devido às secas. Foram regularizadas 334 mil

“Entreaspas”

“A proibição de coligações proporcionais é a grande chance para o sumiço de muitos partidos nancicos, que só servem de transtorno à organização política do País.” Ex-deputado Geovani Sampaio.

Mais informações de Fernando Maia:
e-mail: fernandomaia@oestadoce.com.br

blogdefernandomaia.zip.net

Deltan vê ‘revanchismo’ contra Lava Jato

O procurador Deltan Dalagnol, chefe da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, criticou ontem (19) recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e chamou de “revanchismo” a possível mudança de entendimento sobre a prisão após a segunda instância de julgamento. O assunto está parado no STF, mas com previsão de retorno à pauta de julgamentos deste segundo semestre.

“Ou seja, temos um péssimo ambiente nesse mo-

mento e ainda soma-se a tudo isso um ambiente de revanchismo, que aumenta a probabilidade de eu e outras pessoas sermos punidos em diferentes âmbitos”, afirmou.

Uma das decisões criticadas pelo procurador, na ocasião, foi a que anulou a condenação de Aldemir Bendine, ex-presidente da Petróbras e do Banco do Brasil. “Chega lá [no STF] e tem entendimento diferente, novo, com o qual a gente não contava na investigação e derruba

[o processo] para trás. Isso é contraproducente”, disse, em palestra no Congresso Paranaense de Radiodifusão, em Curitiba (PR), direcionado a profissionais da área. Bendine foi condenado inicialmente por corrupção e lavagem de dinheiro pelo então juiz Sergio Moro, hoje ministro da Justiça.

Além dessa anulação, Deltan citou outras decisões da STF que, para ele, “não geram bons efeitos” no combate à corrupção. Entre elas

COLEGIO
LOURENÇO FILHO
TESTE de SELEÇÃO
19 de OUTUBRO